

PT propõe alternativas a “pacote autoritário”

Christiane Martinez e Liege Albuquerque
do Rio e de São Paulo

Os petistas e economistas Aloízio Mercadante e a deputada federal Maria Conceição Tavares elencaram cinco providências que poderiam ter sido tomadas pelo governo federal para evitar o pacote: restrição às importações com aumento de alíquotas e imposição de barreiras tarifárias; ajuste ao câmbio, que deveria ser vinculado a uma cesta de moedas e não ficar preso ao dólar; mudança no papel do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que não mais deveria financiar privatizações, e sim, conceder crédito à economia informal para aumentar a cadeia produtiva do País; eliminação da Taxa Referencial (TR), substituindo-a por taxa equivalente, mas com valores inferiores aos atuais; e a proteção ao emprego.

“O pacote não foi sequer discutido pelo Congresso”, disse Conceição Tavares. Para o presidente do PT, José Dirceu, o pacote de medidas econômicas do governo federal é uma “violência à democracia”. “Fere o trabalhador e a Constituição, com 14 medidas provisórias e 12 decretos disfarçados entre 40 pontos”, disse o presidente do PT, José Dirceu.

Para o presidente do PT, o governo federal poderia evitar a crise e o pacote, “mas não o fez porque escolheu a população para pagar o pato”. “Uma das provas mais gritantes é que em vez de aumentar imposto de pessoa jurídica, optou por castigar ainda mais a pessoa física”, disse. O presidente do partido anunciou para a quarta-feira uma reunião com as lideranças da oposição em Brasília para a discussão do pacote.

As medidas, para Dirceu, ainda não podem ser pesadas eleitoralmente. “Depende da reação da sociedade agora e, no próximo ano, das alternativas mostradas pela oposição para os problemas”, afirmou. “Mas é fácil ver para onde se caminha com um pacote que custa R\$ 28 bilhões apenas para o governo trazer os juros para um patamar aceitável”.

“Em nenhum momento, o pacote do governo propõe medidas para aumentar o superávit primário; para estancar o desemprego; conter os especuladores internacionais; e para resolver o problema da balança de pagamentos”, ressaltou Conceição Tavares.

Na opinião de Mercadante, o pacote de medidas, somado à alta nos juros, terá impacto negativo de R\$ 8 bilhões no caixa do governo, num período de doze meses, a contar a partir do momento que começarem a baixar de forma linear as taxas de juros praticadas pelo Banco Central.

Conceição Tavares, avaliou que as reformas em tramitação no Congresso federal não deverão ser aprovadas em médio prazo, até porque “as medidas para demitir funcionários e relacionadas à previdência o governo já impôs”. Acredita, no entanto, que as medidas, consideradas impopulares, não deverão impactar negativamente nas eleições presidenciais de 1998.

De acordo com ela, os eleitores irritados com as medidas do presidente, votarão em branco ou farão suas críticas diretamente na cédula eleitoral, anulando o voto. Mas, como lembrou a petista, pela nova legislação, não são contabilizados aqueles votos, o que beneficia o presidente.